

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35

NIRE: 3530001003-5

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 006-2026

DATA/HORA E LOCAL: Aos 19 dias do mês de maio de 2026, às 9h, foi realizada a reunião do Conselho Fiscal da Prodesp, em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS: Sra. Luzia Valéria Sarno, Presidente do Conselho, Sr. Roberto Cesar de Oliveira Viegas; Sr. Bruno Santos Abreu Caligaris; Sr. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda e Sr. Luciano Garcia Miguel.

CONVIDADOS: Foram convidados para participar de pontos específicos da pauta: ROBERTO CAMARGO e LAYLA MOREIRA (BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda.); Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo e Financeiro; Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria; Sr. Clóvis Humberto dos Santos, Superintendente de Administração e Finanças; Sra. Viviane Rodrigues Gomes, Gerente de Ouvidoria; Sra. Maria Fernanda Salcedo de Souza Ruiz, Gerente de Corregedoria; Sra. Ana Silvia de Moura Leite Piergallini, Gerente Jurídica; Sra. Kélysta Ferreira, Coordenadora do Contencioso Geral; Sra. Juliana Pasquini Mastandrea, Coordenadora Trabalhista; Sra. Stefanie Marie Pamela Rise Romboli, Coordenadora de Consultoria Jurídica e Sra. Luciane Shinohara, Coordenadora de Privacidade e Proteção da Informação; Sr. Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo; Srta. Aymee Di Monaco, Gerente de Governança.

APOIO: Sra. Sandra Marinalva da Silva Soares, Assessora do Escritório de Governança, designada para secretaria a reunião.

Dando início à ordem do dia, a Assessora do Escritório de Governança deu ciência aos membros do Conselho acerca da matéria da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 22 de abril de 2026, incluindo a eleição dos membros do Conselho Fiscal e a eleição do Sr. Luciano Garcia Miguel, ocorrida na mesma Assembleia, em substituição à vaga deixada pelo Sr. Mauricio Barutti de Oliveira, com posse em 29 de abril de 2026. Na sequência, o novo Conselheiro apresentou-se aos presentes, manifestando sua satisfação em integrar o Conselho e colocando-se à disposição para contribuir com os trabalhos desenvolvidos.

ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 005-2026, realizada em 22 de abril de 2026

No decorrer da reunião, a Assessora do Escritório de Governança informou aos membros do colegiado que a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 005/2026, realizada em 22 de abril de 2026, foi previamente disponibilizada no sistema Atlas Governance para análise dos Conselheiros, tendo sido examinada e aprovada sem ressalvas.




RM
48367



RCOV
47134



BC
41940



LS
39619



SS
53935



LM
53935

2. Ciência da eleição dos membros do Conselho Fiscal, realizada em Assembleia Geral de 22/04/2026, bem como da eleição do Sr. Luciano Garcia Miguel, ocorrida na mesma Assembleia, com posse em 29/04/2026.

Tema registrado no início da presente ata pela Assessora do Escritório de Governança.

3. Revisar as Demonstrações Financeiras (DFs), referentes ao 1º trimestre/2026

- Relatório da Auditoria Externa

- Resultados acumulados - **até abril/2026**; Contas a Receber; e o Fluxo de Caixa - **(atendimento aos itens 4.1, 4.2, 4.3 do planejamento anual do CF)**

Reunidos separadamente com o Conselho Fiscal, o Sr. Roberto Camargo e a Sra. Layla Moreira, Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., prestaram esclarecimentos acerca do **Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias - ITR 1T26**, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Foi informado que o relatório não contém qualificação, modificação ou ressalva, tendo os auditores concluído não haver conhecimento de fato que indicasse que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34.

Durante os debates, a Presidente do Conselho, questionou se, a partir dos trabalhos realizados, havia pontos de atenção relevantes a serem destacados. Na sequência, o Conselheiro Sr. Roberto Viégas indagou se o relatório contemplava alguma recomendação específica da auditoria independente. Em resposta, o Sr. Roberto Camargo esclareceu que o ajuste identificado no reconhecimento de receita a faturar/Work in Progress - WIP, embora relevante para fins de acompanhamento, não apresentou materialidade suficiente para ensejar ressalva, qualificação ou modificação no relatório, permanecendo registrado em cédula de ajuste da auditoria.

O Conselheiro Sr. Bruno Calligaris ponderou sobre a relação entre a ausência de processo sistematizado para apuração da receita a faturar, o reconhecimento da receita pelo regime de competência e os reflexos no fluxo financeiro da Companhia, especialmente diante de eventuais dificuldades de faturamento, ateste e recebimento.

Diante dos esclarecimentos, a Presidente do Conselho, propôs que o tema fosse tratado na sequência, com o Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Camilo Cogo, a fim de obter informações sobre o estágio de **regularização do sistema** e do processo, eventual plano de ação e a possibilidade de apuração em **periodicidade semestral**, enquanto não concluída a **regularização sistêmica** e à mitigação da concentração de ajustes ao final do exercício. Na oportunidade, **solicitou** à Assessora do Escritório de Governança que o assunto fosse registrado em **follow-up do Conselho Fiscal**, para acompanhamento pelo colegiado.

Ao final, os membros do Conselho Fiscal agradeceram ao Sr. Roberto Camargo e à Sra. Layla Moreira pelos esclarecimentos prestados e tomaram **ciência** do Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias do 1º trimestre de 2026.

Na sequência, os membros apreciaram as **Demonstrações Financeiras (DFs), referentes ao 1º trimestre/2026**, bem como o **Relatório Executivo Financeiro com os resultados acumulados até abril de 2026**, contemplando, entre outros aspectos, receita líquida, resultado acumulado, contas a receber, fluxo de caixa, fornecedores retidos, novos produtos, prospecções e projeções financeiras.


O Sr. Glauber, Gerente de Controladoria esclareceu inicialmente que as Demonstrações Financeiras do 1º trimestre de 2026 haviam sido previamente disponibilizadas aos membros do Conselho, com antecedência para análise, e que o trabalho contou com acompanhamento da auditoria independente, cujo relatório foi emitido sem ressalvas. Destacou que, em relação ao resultado do período, os números se apresentaram em patamar superior ao observado no exercício anterior, especialmente em razão da melhora no nível de faturamento e da evolução da margem, uma



RM
48367



RCOV
47134



BC
41940



LS
39619



SS
53935



LM
53935

vez que os custos não cresceram na mesma proporção da receita. Registrou que, enquanto no 1º trimestre de 2025 havia sido apurado prejuízo, no 1º trimestre de 2026 a Companhia apresentou lucro no período, mantendo-se, contudo, a necessidade de acompanhamento permanente do caixa.

Prosseguindo, foi apresentado o Relatório Executivo Financeiro de abril de 2026, no qual constou receita líquida acumulada de [REDACTED] superior em 38% ao mesmo período de 2025 e 8% acima do orçamento, bem como lucro líquido acumulado de [REDACTED], revertendo o prejuízo de [REDACTED] registrado em 2025. Também foram destacados os valores de contas a receber em atraso, no montante de [REDACTED] concentrados principalmente em Saúde, Detran, SAA e DER, além do saldo ajustado negativo de caixa de [REDACTED] milhões em abril, após fornecedores vencidos no montante de [REDACTED]. Foi registrado, ainda, que a recuperação do caixa depende, entre outros fatores, do recebimento de valores indenizatórios, da regularização de faturamentos pendentes, da formalização de contratos e do avanço de novos produtos e serviços.

Durante os debates, a Presidente do Conselho Fiscal, questionou o tratamento conferido aos serviços prestados e ainda não faturados, especialmente quanto ao reconhecimento de receita, aos ajustes de competência e ao WIP, indagando se havia plano e prazo para regularização do sistema/processo de apontamento e faturamento e, enquanto não implementada solução estrutural, se seria possível realizar procedimento de revisão ao menos semestral. Em resposta, o Sr. Glauber esclareceu que a Companhia evoluiu em relação ao modelo anterior, no qual o registro contábil estava fortemente vinculado à emissão da nota fiscal, e que atualmente é realizado exercício mensal de cut-off e competência, com avaliação dos serviços prestados, histórico de faturamento e materialidade, sendo os ajustes registrados quando aplicável. Explicou que, no passado, havia volume expressivo de serviços prestados e ainda não faturados, inclusive em patamar significativamente superior ao atual, e que a Administração vem trabalhando para reduzir esses saldos e qualificar o acompanhamento dos casos remanescentes.

O Sr. Glauber esclareceu, ainda, que o exercício mensal de competência considera a natureza recorrente de parte relevante das receitas da Companhia, o histórico de faturamento, os serviços prestados e as informações disponíveis nas áreas operacionais, permitindo identificar eventuais diferenças relevantes entre o valor estimado e o valor efetivamente reconhecido. Informou que, no trimestre, a Companhia avaliou ajuste de competência em torno de R\$ 209 milhões, com diferença considerada não material em relação ao número apurado pela auditoria, razão pela qual a Administração entendeu ser possível conviver com tal diferença naquele momento, sem aprofundamento adicional dos testes. A Sra. Luzia ponderou que seria importante alinhar essa **explicação com a auditoria independente**, para deixar claro que a análise é mensal, embora determinados ajustes dependam da avaliação de materialidade.

Na sequência, a Sra. Luzia **manifestou preocupação com a ausência de sistema estruturado de apontamento de horas e solicitou** encaminhamento à **Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas e Diretoria de Operação**, para indicação de **prazo e plano de regularização**, sugerindo, inclusive, a avaliação de práticas já utilizadas em determinados contratos, como o registro em ferramentas de acompanhamento de demandas. O Gerente esclareceu que a questão extrapola a contabilidade e envolve maturidade dos sistemas operacionais e da gestão contratual na ponta, sendo necessário aprimorar o processo de aceite, medição e faturamento. O Conselheiro Sr. Bruno ponderou que a prática de faturar apenas após o aceite do cliente decorre de cautelas contratuais, fiscais e financeiras, pois a inversão dessa lógica poderia gerar desdobramentos tributários e necessidade posterior de ajustes ou baixas. Assim, ressaltou que o caminho mais adequado seria aprimorar a gestão contratual e a relação com os clientes, de modo a reduzir o intervalo entre a prestação do serviço, o aceite, a cobrança e o faturamento.

Questionou, ainda, se a Companhia possuía projeção de lucro, receita ou caixa para o exercício, a fim de comparar o desempenho realizado com as premissas aprovadas no orçamento. O Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Camilo esclareceu que o orçamento aprovado pelo Conselho contempla projeções de receita, lucro e caixa. O Sr. Glauber complementou que, até abril de 2026, a receita líquida acumulada alcançou R\$ 1.090,6 milhões, acima do




RM
48367



RCOV
47134



BC
41940



LS
39619



SS
53935



LM
53935

orçamento e do exercício anterior, com lucro líquido acumulado de aproximadamente [REDACTED] Explicou que a receita se manteve em patamar elevado, superior ao observado em 2025 e também acima da previsão orçamentária, e que o resultado acumulado refletiu essa evolução, embora o caixa permanecesse como principal ponto de atenção.



A Presidente do Conselho, também questionou os principais saldos em atraso de contas a receber, especialmente Saúde, Detran, SAA e DER, solicitando esclarecimentos sobre os planos concretos de recebimento e alertando para os impactos sobre o caixa, fornecedores e continuidade operacional. Destacou que a permanência de valores expressivos em atraso poderia gerar efeito em cadeia sobre fornecedores, inclusive com risco de restrição de alocação de recursos por parte de empresas contratadas, prejudicando a execução de projetos e a capacidade de crescimento da Companhia.

Em resposta, o Diretor esclareceu que parte relevante dos valores decorre de exercícios anteriores e envolve pendências indenizatórias, divergências de reconhecimento ou ausência de formalização contratual, razão pela qual a Companhia buscou orientação junto à Procuradoria Geral do Estado - PGE. Informou que a PGE não recomendou a judicialização dos casos, considerando tratar-se de discussões no âmbito da própria Administração Pública, e orientou a instauração de processos individualizados por cliente no sistema SEI para submissão à Câmara de Conciliação da Administração Estadual - CCAE. Registrou que a Companhia vem reunindo notas fiscais, evidências da prestação dos serviços, registros de sistemas e demais documentos necessários à instrução dos processos, com vistas à tentativa de composição administrativa.

O Conselheiro Sr. Roberto Viégas ponderou que havia compreendido inicialmente que os atrasos decorreriam de serviços incontroversamente prestados e reconhecidos, manifestando preocupação ao tomar ciência da existência de discussões quanto ao reconhecimento ou aceite. Sugeriu que, diante da natureza intragovernamental do impasse, a questão fosse elevada a instâncias superiores, com eventual envolvimento da PGE, Casa Civil e Secretários, a fim de evitar que a Companhia continuasse suportando financeiramente serviços prestados sem o correspondente recebimento. Ressaltou que a Companhia não poderia permanecer indefinidamente financiando serviços prestados a órgãos públicos sem a devida contraprestação.

O Conselheiro Sr. Bruno corroborou a preocupação manifestada, destacando que a questão deveria ser conduzida institucionalmente pela Companhia, por meio da Presidência e das áreas competentes de relacionamento governamental, e não apenas por contatos pessoais dos membros do Conselho. Ressaltou a importância de **cientificar e envolver** as instâncias institucionais competentes, de modo que os caminhos formais fossem percorridos para viabilizar solução estruturada para os valores em aberto. Nesse contexto, ponderou que, considerando a realização, em **29/05/2026**, de **reunião extraordinária conjunta entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia**, poderia ser oportuno compartilhar o tema com ambos os Colegiados antes de eventual escalada à Casa Civil, tendo em vista o papel institucional do Conselho de Administração e seu Presidente, da Presidência da Companhia e do próprio Conselho Fiscal no acompanhamento de temas estratégicos e sensíveis. Em resposta, o Sr. Camilo informou que a Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD tem ciência da situação e apoiou a interlocução com a PGE, esclarecendo, ainda, que o Conselho de Administração já acompanha os valores em aberto, uma vez que o tema é apresentado mensalmente, e que o próprio Presidente daquele Colegiado havia solicitado a realização de reuniões com os principais clientes devedores. Ainda assim, registrou-se a sugestão de que o assunto pudesse ser compartilhado na referida reunião extraordinária conjunta, com vistas à avaliação dos encaminhamentos institucionais cabíveis.

O Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle também se manifestou, corroborando às preocupações apresentadas, questionando se os valores em atraso eram controversos ou incontroversos. Indagou, ainda, se havia levantamento segregando os montantes conforme a natureza da pendência, especialmente nos casos em que os processos


RM
48367
RCOV
47134
BC
41940
LS
39619
SS
53935
LM
53935

estariam instruídos e dependeriam apenas de providências do cliente. Em resposta, o Diretor esclareceu que alguns casos possuem questionamentos específicos, inclusive quanto à origem da demanda, aceite, responsabilidade ou disponibilidade orçamentária, e que a Companhia vem reunindo evidências de prestação dos serviços, notas fiscais e demais documentos para instrução dos processos.

Ainda no debate, o Sr. Rodrigo Fontenelle reforçou que, caso a via ordinária não fosse suficiente, seria necessário provocar reunião em nível de centro de governo, com informações previamente organizadas pela Companhia por cliente, valor, natureza da pendência, estágio do processo e alternativa de solução. O Conselheiro Sr. Roberto Viégas complementou que, em situações como a da Agricultura/Gedave, seria necessário qualificar melhor a controvérsia e avaliar alternativas concretas, inclusive quanto à possibilidade de melhoria, substituição ou descontinuidade do sistema, quando cabível. A Sra. Luzia reforçou que, ainda que houvesse discussão sobre a utilidade atual de determinado sistema, seria necessário tratar também os valores pretéritos relativos a serviços já prestados.

O Diretor esclareceu, em relação à impressão de CNH e coleta biométrica, que o serviço vinha sendo custeado anteriormente pela SGGD, mas que, desde outubro de 2023, houve alteração de entendimento quanto à responsabilidade pelo pagamento, gerando impacto no caixa da Companhia. Informou que a pendência até dezembro de 2025 foi solucionada com apoio institucional, permanecendo discussões relativas a 2026, especialmente quanto à responsabilidade do Detran pela impressão de CNH e do órgão competente pela coleta biométrica. Registrou, ainda, que parcela expressiva dos [REDACTED] em atraso possui antiguidade superior a um ano, concentrada em pendências indenizatórias e discussões específicas já em tratamento.

Quanto aos novos produtos e prospecções, foi registrado que a apresentação indicou [REDACTED] de prospecções faturadas no período de janeiro a abril de 2026, bem como ausência de faturamento significativo de produtos como Motor Biométrico, Portal de APIs e Cidades SP, os quais continuam pressionando resultado e caixa no curto prazo. Também foi destacado que a Impressão de CNH e PID apresentou custo acumulado sem correspondente receita contabilizada, em razão da pendência de formalização contratual com o cliente.

Foi apresentado, ainda, que o fluxo de caixa projetado para 2026, em sua revisão do **1º trimestre**, passou a desconsiderar novas receitas sem formalização, como Motor Biométrico, Portal de APIs e Cidades SP, mantendo-se, contudo, os custos fixos necessários à manutenção da infraestrutura dos produtos e à finalização das entregas. Também foram suprimidas projeções não formalizadas de prospecções, permanecendo consideradas apenas aquelas com maior grau de formalização, como iniciativas vinculadas à BU Detran e à Diretoria de Relacionamento com Clientes.

Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** das Demonstrações Financeiras do 1º trimestre de 2026 e do Relatório Executivo Financeiro com resultados acumulados até abril de 2026, registrando preocupação com os pontos de atenção apresentados, especialmente quanto aos valores em atraso de contas a receber, ao fluxo de caixa, aos fornecedores retidos, à regularização dos processos de aceite, medição, apontamento e faturamento, à segregação entre valores controversos e incontestados e aos impactos dos novos produtos e serviços ainda sem receita suficiente para compensar os custos incorridos, temas que permanecerão sob acompanhamento do Colegiado. Os membros agradeceram aos apresentadores pelos esclarecimentos prestados.

4. Ciência sobre a proposta de cessão de crédito do imóvel da Mooca, antiga sede da IMESP - (tema deliberado pelo Conselho de Administração em 24/04/2026)

Ainda com a palavra, o Diretor Administrativo e Financeiro apresentou aos membros do Conselho Fiscal, em conjunto com o Sr. Clóvis Humberto dos Santos, Superintendente de Administração e Finanças, a **proposta de cessão de crédito decorrente da alienação do imóvel da Mooca, antiga sede da IMESP**, tema apreciado pelo Conselho de Administração em 24/04/2026.

RM
48367

RCOV

BC
47134

LS
41940

SS
39619

LM
53935

Foi esclarecido que a Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP foi incorporada pela PRODESP em 2021 e que o imóvel da Mooca, localizado na Rua da Mooca nº 1.921, em São Paulo/SP, foi alienado em julho de 2025, por meio da Licitação Presencial nº DF003/2025, [REDACTED] em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia. A alienação decorreu de

[REDACTED]

[REDACTED]

O Diretor esclareceu que, desde a estruturação da alienação, a Administração já considerava a possibilidade de futura antecipação dos recebíveis, diante da necessidade de reforço de caixa e de investimentos em transformação digital, parque tecnológico e sistemas legados de clientes da Companhia. Informou que as primeiras tentativas de alienação, [REDACTED] mercado, [REDACTED]

[REDACTED]

Também foi informado que a Companhia contratou parecer jurídico independente do escritório Machado Meyer Advogados, que analisou a viabilidade da cessão dos créditos, os termos do chamamento público e a forma mais adequada de condução da operação. Foi esclarecido que o parecer apontou a pertinência da realização de processo competitivo, inclusive diante de precedente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo [REDACTED]

[REDACTED]

Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** da proposta de cessão de crédito decorrente da alienação do imóvel da Mooca, antiga sede da IMESP, bem como das informações apresentadas quanto ao contexto da venda, estrutura de pagamento, justificativa financeira, parecer jurídico independente, alternativas avaliadas, sondagem de mercado, procedimento de chamamento público e esclarecimentos prestados sobre a regularidade e transparência do processo, registrando que a matéria foi apreciada pelo Conselho de Administração em 24/04/2026. Os membros agradeceram aos apresentadores pelos esclarecimentos prestados.

5. Ciência sobre o monitoramento das Metas Corporativas 2026, até a competência de abril de 2026 (atendimento ao Item 10.2 e 12.1 do Planejamento Anual do CF)

A Superintendente de Estratégia e Governança, Sra. Priscilla Assis Parada, apresentou aos membros do Conselho Fiscal o **monitoramento das Metas Corporativas 2026, até a competência de abril de 2026**. Esclareceu que se trata do primeiro reporte das metas corporativas de 2026 ao Conselho Fiscal, seguindo o fluxo de acompanhamento já adotado no exercício anterior, com foco nas metas vinculadas aos objetivos estratégicos da Companhia. A apresentação contemplou visão geral do período, com indicação dos respectivos faróis de acompanhamento, destacando-se que as metas classificadas em verde encontram-se aderentes ao proporcional do tempo decorrido no exercício, enquanto as metas em amarelo e vermelho permanecem sob acompanhamento das áreas responsáveis, com planos de ação em andamento.

Em relação às metas vinculadas à satisfação dos clientes, foi informado que as metas 1, 2 e 4 permanecerão classificadas em amarelo até o final do exercício, por dependerem de pesquisa a ser aplicada ao final do ano,

a nomeação de novo encarregado de dados, a contratação de profissionais para atuação na área, o planejamento de avisos de monitoramento e a realização de treinamentos. Quanto à meta de cibersegurança, foi esclarecido que

ano transcorrido. A Superintendente esclareceu que há plano de ação em execução pela área responsável, com perspectiva de ampliação do consumo de APIs, ativação de clientes em produção e expansão dos casos de uso. Quanto à meta relacionada à revisão dos 4Ps, praça, produto, promoção e portfólio, foi informado que se encontra classificada em vermelho em razão da metodologia de apuração pelo tempo decorrido, embora a fase inicial de planejamento tenha sido concluída e a avaliação do primeiro produto tenha sido iniciada em abril, com expectativa de evolução no segundo semestre. Em relação à meta de check-in digital nos postos Poupatempo, foi esclarecido que o percentual de [REDACTED] testes-piloto da solução, com previsão de ampliação a partir de junho de 2026 e acompanhamento da evolução até dezembro.

A Sra. Priscilla informou, ainda, que as metas relacionadas ao índice de maturidade e ao uso de inteligência artificial por clientes encontram-se em fase de planejamento, com entregas previstas a partir de junho de 2026. Quanto à meta de capacitação, foi registrado [REDACTED] situação já comunicada internamente à área responsável pela condução do tema. [REDACTED]

constante do material apresentava [REDACTED] prévio da apresentação, tendo sido atualizado na exposição da Diretoria Administrativo-Financeira para aproximadamente [REDACTED]

A Superintendente destacou que, para cada meta, o material contempla breve relato da diretoria responsável, perspectiva de evolução e próximos passos em execução, compondo plano de ação específico para acompanhamento dos indicadores. Informou, ainda, que o reporte ao Conselho Fiscal seguirá periodicidade bimestral, conforme previsto no Plano de Trabalho do Colegiado.

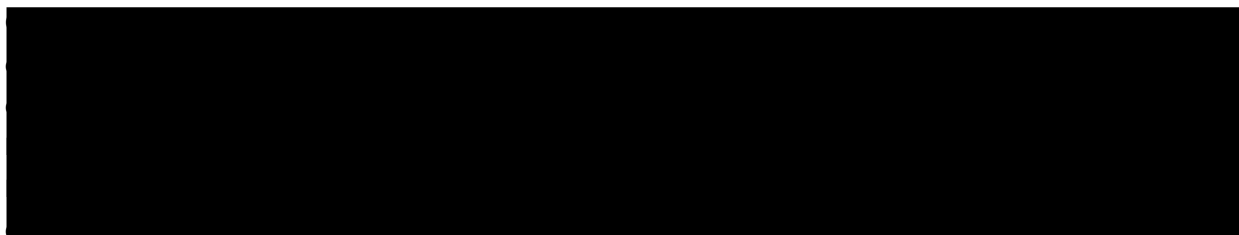
Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** do monitoramento das Metas Corporativas 2026, até a competência de abril de 2026, registrando a relevância do reporte apresentado para a compreensão da evolução dos indicadores corporativos, especialmente daqueles classificados em amarelo e vermelho, bem como dos respectivos planos de ação, no contexto da execução estratégica, do desempenho corporativo e dos compromissos vinculados ao Programa de Participação nos Resultados - PPR. Os membros agradeceram à Superintendente pelos esclarecimentos prestados.

6. Acompanhamento do relatório de Ouvidoria, 1º trimestre 2025 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

A Sra. Viviane Rodrigues Gomes, Gerente da Ouvidoria, apresentou aos membros do Conselho Fiscal o **Relatório de Denúncias da Ouvidoria referente ao 1º trimestre de 2026**, em atendimento ao item 8.2 do Planejamento Anual do Conselho Fiscal.

Foi informado que, no período, a Ouvidoria recebeu 34 denúncias em volume bruto, das quais 24 foram habilitadas para apuração, correspondendo a 70% do total. Desse montante, 21 denúncias foram encaminhadas à Corregedoria e 3 ao Comitê de Ética. Em comparação com o 4º trimestre de 2025, houve redução de 11% no quantitativo de denúncias enviadas à apuração e, em relação ao mesmo período de 2025, redução de 28%.

A Gerente esclareceu que a redução observada decorre, em parte, da estabilização dos registros relacionados aos canais W10 e Sigo, bem como da alteração no tratamento de manifestações relativas a desvios comportamentais, que passaram a ser tratadas no âmbito da gestão dos contratos com as gestoras dos postos, quando aplicável.



[REDACTED]

Foi informado, ainda, que, no 1º trimestre de 2026, não houve registro de denúncia de corrupção em licitação, assédio sexual ou importunação sexual. Quanto ao [REDACTED] arquivada sem evidências até o fechamento do relatório.

A Gerente apresentou, ainda, os riscos identificados a partir das denúncias recebidas, destacando vulnerabilidades

[REDACTED]

à necessidade de maior padronização de processos internos em face dos normativos já estabelecidos. Informou que a Ouvidoria está preparando relatório específico para compartilhamento com as áreas de Auditoria e Riscos, para conhecimento e acompanhamento pelas instâncias competentes.

Quanto à finalização das apurações, foi informado que, até o fechamento da apresentação, [REDACTED]

[REDACTED]

Finalizada a apresentação, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** do Relatório de Ouvidoria referente ao 1º trimestre de 2026, registrando a relevância das informações apresentadas para a compreensão do perfil das denúncias, das violações mais recorrentes, dos riscos identificados e dos encaminhamentos adotados pelas áreas competentes, especialmente quanto aos temas relacionados à gestão de contratos com terceirizados, cumprimento de normativos internos e condutas comportamentais. Os membros agradeceram à Gerente da Ouvidoria pelos esclarecimentos prestados.

7. Ciência do relatório das denúncias da área de Corregedoria, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração, 1º trimestre 2026 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

A Sra. Maria Fernanda Salcedo de Souza Ruiz, Gerente da Corregedoria, apresentou aos membros do Conselho o **Relatório de Denúncias da área de Corregedoria**, bem como as **ações disciplinares adotadas pela Administração no 1º trimestre de 2026**. Foi esclarecido que a Corregedoria e a Ouvidoria vêm desenvolvendo atuação cada vez mais integrada, em razão da interdependência temática entre as áreas, motivo pelo qual os reportes passarão a ser apresentados de forma conjunta. No período, a Corregedoria recebeu [REDACTED] habilitadas pela Ouvidoria, representando queda de 27% em relação ao mesmo período de 2025, quando haviam sido registradas [REDACTED]

Quanto à tipologia das denúncias, a Gerente esclareceu que a classificação utilizada pela Corregedoria possui pequena diferenciação em relação à adotada pela Ouvidoria, por seguir a tipologia do reporte realizado à Controladoria Geral do Estado - CGE. [REDACTED]

Em relação à distribuição das denúncias por áreas, foi informado que foram registradas [REDACTED]

Quanto às tratativas realizadas até o fechamento do 1º trimestre, foi informado [REDACTED]

No tocante às denúncias procedentes, foi esclarecido que foram propostas 3 [REDACTED] suspeita de descumprimento de normativos internos em contratos comerciais, relacionada à submissão de matéria

da PRODESP. A Gerente esclareceu que, até março, o caso ainda não havia sido concluído, tendo sido encaminhado [REDACTED]

Durante os debates, foi observado que a redução de denúncias improcedentes pode indicar maior maturidade no uso dos canais de denúncia e na compreensão dos fatos passíveis de apuração. A Gerente informou que a área vem atuando em campanhas de sensibilização, elaboração de artigos e parcerias com a área de Compliance, com foco no fortalecimento da cultura de integridade, prevenção de condutas inadequadas e amadurecimento institucional.

Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** do Relatório de Denúncias da área de Corregedoria e das ações disciplinares adotadas pela Administração no 1º trimestre de 2026, registrando a relevância das informações apresentadas para a compreensão das tipologias de denúncias, das medidas adotadas, dos arquivamentos realizados, [REDACTED]

fortalecimento da cultura de integridade. Os membros agradeceram à apresentadora pelos esclarecimentos prestados.

8. Ciência da situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado (TCESP), 1º trimestre 2026 - (atendimento ao item 5.8 e 10.1 do planejamento anual do CF)




RM
48367



RCOV
47134



BC
41940



LS
39619



SS
53935



LM
53935

A Sra. Ana Silvia de Moura Leite Piergallini, Gerente Jurídica, acompanhada das Sras. Kélysta Ferreira, Coordenadora do Contencioso Geral; Juliana Pasquini Mastandrea, Coordenadora Trabalhista; Stefanie Marie Pamela Rise Romboli, Coordenadora de Consultoria Jurídica; e Luciane Shinohara, Coordenadora de Privacidade e Proteção da Informação, apresentaram aos membros do Conselho Fiscal o **panorama da Gerência Jurídica relativo ao 1º trimestre de 2026**, contemplando a evolução das contingências passivas e ativas, créditos recebidos, despesas mitigadas, inquéritos civis no Ministério Público, valores despendidos na Justiça do Trabalho, procedimentos perante o Ministério Público do Trabalho, processos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, bem como as principais ações relacionadas ao Programa de Privacidade e às requisições de titulares de dados pessoais.

Foi informado que, em relação às contingências passivas, houve aumento nas classificações possível, provável e remota, em razão de atualização monetária, juros e ingresso de novas ações, com destaque para demandas relacionadas [REDACTED] decorrentes [REDACTED]

contingências ativas, foram destacados casos de maior relevância, [REDACTED] Ltda. e a Prefeitura Municipal de Igarapava. Também foram apresentados os créditos recebidos e despesas mitigadas, com menção a acordos, levantamento de depósitos recursais e êxitos obtidos em demandas trabalhistas e cíveis.

No tocante ao Ministério Público e ao Ministério Público do Trabalho, foram relatadas novas apurações, arquivamentos e temas recorrentes, especialmente relacionados a procedimentos [REDACTED] falhas de [REDACTED]

Em relação ao TCESP, foi apresentado comparativo entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, destacando-se a redução de processos em tramitação e a manutenção de índice elevado de decisões favoráveis à Companhia, com registro de que, nos últimos três anos, 96% das decisões foram favoráveis e, na atual gestão, os casos julgados foram considerados regulares. Foi também ressaltado o julgamento regular das contas de 2023, com afastamento de apontamentos antigos relativos à atuação de comissionados como advogados e ao recebimento de honorários advocatícios.

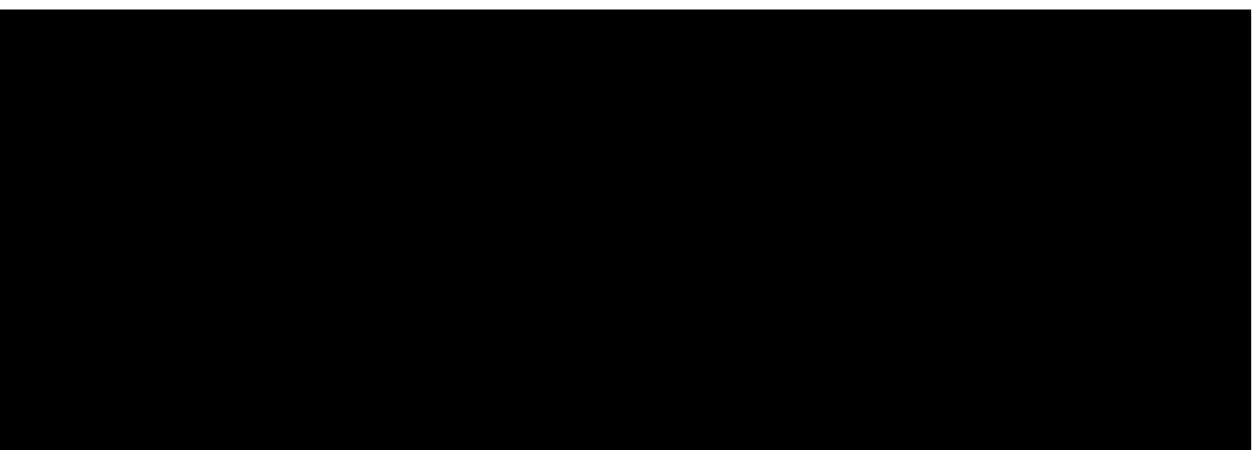
O Conselheiro Sr. Bruno ponderou que, embora a apresentação tenha sido objetiva e quantitativa, **seria oportuno** que, nas próximas reuniões, a Gerência Jurídica também trouxesse uma **abordagem qualitativa** dos processos judiciais mais relevantes, especialmente aqueles com potencial impacto orçamentário, reputacional, institucional ou de aprimoramento de processos internos. Destacou que casos dessa natureza podem subsidiar o Conselho Fiscal na formulação de recomendações e no acompanhamento de temas sensíveis à governança, à gestão e à imagem da Companhia, sobretudo em situações que envolvam novas modelagens de contratação, ações populares e possível exposição institucional.

A Gerência Jurídica acolheu a ponderação, registrando que a inclusão de casos relevantes e de maior destaque nas próximas apresentações já era uma intenção da área, com vistas a aprimorar o reporte ao Conselho Fiscal e permitir análise mais aprofundada dos temas de maior relevância para a Companhia. Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** das informações apresentadas, dos esclarecimentos prestados e da sugestão de aprimoramento do formato dos reportes futuros, especialmente quanto à **inclusão de análise qualitativa** dos processos judiciais e administrativos de maior impacto estratégico, reputacional ou de governança para a Companhia. Na oportunidade, os membros agradeceram à Gerência Jurídica e às Coordenadorias envolvidas pela apresentação, pela objetividade das informações disponibilizadas e pelos esclarecimentos prestados durante a reunião.

9. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade - (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

O Sr. Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo, apresentou aos membros do Conselho Fiscal o **relatório referente aos processos licitatórios, inexigibilidades, dispensas e compras diretas da Companhia, com dados consolidados até abril de 2026**.

Inicialmente, esclareceu que o material contemplava os indicadores da área, os critérios de pesquisa de preços, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, bem como as fontes de pesquisa utilizadas pela Companhia.



Durante os debates, a Conselheira Sra. Luzia Valério solicitou esclarecimentos sobre a metodologia utilizada para apuração da economia apresentada, ponderando que, conforme já discutido em outras oportunidades, especialmente em razão da presença de novos membros no Conselho, seria importante reforçar se o indicador corresponde à comparação entre a pesquisa de preços e o valor final contratado. A Conselheira observou, ainda, que, em pesquisas de preços, é comum que os orçamentos apresentem valores elevados, questionando se haveria outro indicador ou critério complementar que pudesse auxiliar na análise da efetiva economia obtida pela Companhia.

Em resposta, o Sr. Jorge esclareceu que a Companhia não utiliza a média dos orçamentos como referência principal, mas sim o menor preço identificado na pesquisa. Explicou que a área prioriza contratações já existentes no mercado, contratos anteriores da própria Prodesp e contratos similares de outros órgãos ou empresas públicas, citando, como exemplos, referências como SERPRO, PRODENG e PRODAM. Acrescentou que a consulta direta a fornecedores é utilizada apenas quando não há contratação vigente ou parâmetro similar disponível.




RM
48367



RCOV



BC
47134



LS
41940



SS
39619



LM
53935

O Gerente detalhou que, conforme material apresentado, as fontes de pesquisa previstas incluem o Portal Nacional de Compras Públicas, contratos anteriores, contratos similares, mídia especializada, orçamentos com fornecedores, planilhas de composição de custos e portal de notas fiscais. Ressaltou, contudo, que a prática usual da área é priorizar objetos similares já contratados, inclusive em empresas públicas e órgãos com contratações comparáveis, de modo que os valores utilizados como referência já tenham passado por disputa, negociação ou procedimento competitivo, reduzindo distorções decorrentes de orçamentos superestimados por fornecedores.

Esclareceu, ainda, que, mesmo quando há necessidade de consulta direta a fornecedores, o balizador adotado permanece sendo o menor valor apurado na pesquisa de preços. Assim, havendo orçamento de fornecedor, contrato vigente da Prodesp ou contratação similar em outro órgão, será considerado o menor valor identificado, e não a média dos orçamentos. Segundo explicou, essa metodologia confere maior aderência ao valor de mercado e permite que o indicador reflita o custo evitado nas licitações.

O Sr. Jorge destacou que, diferentemente de práticas anteriores utilizadas em outros entes, nas quais se adotava a média de orçamentos, a Companhia utiliza o menor valor da pesquisa de preços como referência, especialmente quando há contratos similares já licitados, com disputa e negociação prévias. Dessa forma, o indicador de economia apresentado decorre da diferença entre o menor valor apurado na pesquisa de preços e o menor valor obtido ao final do processo licitatório, sendo tratado pela área como custo evitado.

Ao final, os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** das informações apresentadas e dos esclarecimentos prestados sobre os processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, compras diretas e metodologia de apuração dos indicadores de economia e eficiência. O Conselheiro Sr. Bruno **reiterou** a importância de que os reportes futuros ao Conselho Fiscal contemplem, além dos dados quantitativos, **análises qualitativas** que permitam melhor compreensão da relevância, criticidade, impactos, riscos, recorrências e oportunidades de aprimoramento relacionadas aos processos licitatórios e às modalidades de contratação da Companhia, uma vez já solicitado. Na oportunidade, os membros agradeceram ao Sr. Jorge Luiz de Souza pela apresentação objetiva e pelos esclarecimentos prestados durante a reunião.

10. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado - (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

A Assessora do Escritório de Governança informou aos membros do Conselho Fiscal que, no período analisado, não houve registro de fatos relevantes a serem comunicados ao mercado. Dessa forma, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da informação prestada, sem manifestações adicionais sobre o tema.

11. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

Na sequência, a Assessora registrou que os materiais referentes aos itens “a”, “b” e “c” relativos ao acompanhamento das demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal foram previamente disponibilizados aos membros para análise. Informou, ainda, que, em caso de dúvidas ou necessidade de aprofundamento, representantes das respectivas áreas responsáveis poderiam ser acionados para prestar esclarecimentos durante a reunião.

a) Disponibilização do material relativo à atualização sobre a evolução da regularização das pendências financeiras junto ao “Detran (BU Detran)

Os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** do material disponibilizado, sem solicitação de esclarecimentos complementares.



Com relação aos itens: **b)** Disponibilização do material relativo ao “Projeto do Motor Biométrico” e perspectivas financeiras da Companhia - **(DRC)**; **c)** Disponibilização do material relativo ao acompanhamento da situação atual da “Coleta Biométrica”, bem como os impactos no fluxo de caixa **(DRC)**

Com relação aos itens “**b**” e “**c**”, a Assessora registrou que, além da documentação previamente disponibilizada, e em continuidade à solicitação formulada pelos membros do Conselho Fiscal na reunião de **22/04/2026**, estava prevista, para a reunião de **19/05/2026**, apresentação específica pelo Diretor Comercial acerca da relevância estratégica do **Projeto do Motor Biométrico** e das iniciativas de modernização dos processos comerciais e operacionais da Companhia, em conjunto com levantamento integrado da **Diretoria Jurídica, de Governança e Gestão** sobre processos, faturamento e gargalos identificados.

Informou, ainda, que a apresentação contemplaria também o acompanhamento da situação atual da **Coleta Biométrica** e seus respectivos impactos no fluxo de caixa.

Contudo, em razão de incompatibilidade de agenda do Diretor Comercial, a apresentação não pôde ser realizada nesta oportunidade, ficando reprogramada para a reunião do Conselho Fiscal de **16/06/2026**.

Os membros do Conselho Fiscal tomaram **ciência** das informações e registraram a necessidade de manutenção do acompanhamento dos temas, considerando sua relevância estratégica e os potenciais reflexos nos processos comerciais, operacionais, financeiros e no fluxo de caixa da Companhia.

Encerramento: Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, a reunião foi encerrada. Eu, **Sandra Marinalva da Silva Soares**, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal.

Taboão da Serra, 19 de maio de 2026.


Luzia Valeria Sarno
41940
LUZIA VALÉRIA SARNO
Presidente do Conselho Fiscal


Bruno Santos Abreu Caligaris
47134
BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS
Membro do Conselho Fiscal


Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda
48367
RODRÍGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA
Membro do Conselho Fiscal


Roberto César De Oliveira Viegas
ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS
Membro do Conselho Fiscal


Luciano Garcia Miguel
53935
LUCIANO GARCIA MIGUEL
Membro do Conselho Fiscal


Sandra Marinalva Da Silva Soares
39619
SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES
Assessora do Escritório de Governança e
Secretaria da Reunião

Ata - CF 006-2026_19-05-2026.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 64047-7E1CE-214E6



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 08/06/2026

Assinaturas



Luciano Garcia Miguel
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 08 de junho de 2026, 15:37:02 | E-mail: lgm*****@fa***** | Endereço de IP: 201.55.63.2 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 148.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-8223



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 08 de junho de 2026, 16:05:29 | E-mail: sso****@sp***** | Endereço de IP: 2804:7f0:96c3:b7bc:84a:b5c1:5d0c:50fb | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 148.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 08 de junho de 2026, 16:16:31 | E-mail: rfo*****@sp***** | Endereço de IP: 177.95.190.142 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 148.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-4075



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Roberto César De Oliveira Viegas
45134



Assinou em: 08 de junho de 2026, 17:33:25 | E-mail: rco*****@sp***** | Endereço de IP:
2804:14c:6591:9588:e515:5231:6136:2bfa | Segundo Fator de Autenticação: SMS |
Dispositivo/Aplicativo: Chrome 148.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-1000



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



Luzia Valeria Sarno
41940



Assinou em: 10 de junho de 2026, 14:37:16 | E-mail: luz*****@fd***** | Endereço de IP:
201.55.46.3 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 148.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-0574



Bruno Santos Abreu Caligaris
Assinou Eletronicamente



Bruno Santos Abreu Caligaris
47134



Assinou em: 10 de junho de 2026, 19:28:08 | E-mail: bca*****@ho***** | Endereço de IP:
201.55.53.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 149.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-4567